

TRABALHO E IDEOLOGIA À LUZ DOS PENSAMENTOS DE KARL MARX E GYORGY LUKÁCS

*Samuel Barbosa Silva*¹
(UNIFESP, Brasil)

*Deyvid Braga Ferreira*²
(UNIFESP, Brasil)

 <https://doi.org/10.29404/rtps-v6i11.910>

RESUMO: O ensaio tem por objetivo discorrer teoricamente a partir da ótica marxista sobre duas categorias que fazem parte da formação social de qualquer sociedade, nesta perspectiva, são elas: o trabalho e a ideologia. Para alcançar tal propósito analisamos algumas obras de Karl Marx (1975, 1993, 1999, 2008) como teórico fundamental para essa finalidade e nos reportamos das contribuições do filósofo húngaro György Lukács (1997, 2013) para abranger esta discussão por ser considerado um dos grandes filósofos na propagação dos estudos marxistas.

Palavras-chaves: Teoria Sociológica. Trabalho. Ideologia. Marx. Lukács.

¹ Doutor em Linguística pelo Programa de Pós-graduação em Linguística e Literatura da Universidade Federal de Alagoas (PPGLL-UFAL). Atualmente é Professor da Universidade de Pernambuco (UPE). É membro do Grupo de Estudos e Pesquisa Discurso e Ontologia (GEPDO) e do Grupo de Estudo em Análise do Discurso (GrAD), ambos da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), e coordena o Grupo de Estudos e Pesquisas em Análise de Discurso (GEPAD) da Universidade de Pernambuco (UPE). ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0003-3274-3741>. E-mail: samuca.bs@gmail.com

² Mestre em Educação pela Universidade Federal de Alagoas, onde conclui o Doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística. Atualmente integra o quadro da Polícia Civil do Estado de Alagoas. É Docente da Academia de Política Militar (APM) e do Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (CFAP) da Polícia Militar do Estado de Alagoas, na Gerência da Academia de Polícia Civil de Alagoas (GAPOCAL) da Polícia Civil de Alagoas, na Faculdade Raimundo Marinho (FRM), campus Maceió, AL, e no Centro Universitário Mario Pontes Jucá (UMPJ), Campus Barro Duro. É membro do Grupo de Pesquisas sobre Estado, Políticas Sociais e Educação Brasileira (GEPE). ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-7969-8004>. E-mail: deyvidbrafe@bol.com.br

WORK AND IDEOLOGY IN THE LIGHT OF THE THOUGHTS OF KARL MARX AND GYORGY LUKÁCS

ABSTRACT: The essay aims to discuss theoretically from a Marxist perspective on two categories that are part of the social formation of any society, in this perspective, they are: work and ideology. To achieve this purpose, we scrutinized some works by Karl Marx (1975, 1993, 1999, 2008) as a fundamental theorist for this purpose and we also report on the contributions of the Hungarian philosopher György Lukács (1997, 2013) to cover this discussion as he is considered one of the great philosophers in the propagation of Marxist studies.

Keywords: Sociological Theory. Work. Ideology. Marx. Lukacs..

TRABAJO E IDEOLOGÍA A LA LUZ DE LOS PENSAMIENTOS DE KARL MARX Y GYORGY LUKÁCS

RESUMEN: El ensayo tiene como objetivo discutir teóricamente desde una perspectiva marxista sobre dos categorías que forman parte de la formación social de cualquier sociedad, en esta perspectiva, son: trabajo e ideología. Para lograr este propósito analizamos algunos trabajos de Karl Marx (1975, 1993, 1999, 2008) como teórico fundamental para este propósito y también informamos sobre las contribuciones del filósofo húngaro György Lukács (1997, 2013) para cubrir esta discusión como se le considera uno de los grandes filósofos en la propagación de los estudios marxistas.

Palabras clave: Teoría sociológica. Trabajo. Ideología. Marx. Lukacs.

Introdução

Trabalho e ideologia são algumas categorias fundamentais para compreender o processo de formação estrutural da sociedade na perspectiva marxista. Entendemos que é a partir da categoria trabalho que o homem se torna um ser social, ou seja, o homem se humaniza através do trabalho e a ideologia. Devido à complexidade dessas categorias, o direcionamento deste esboço está na tentativa de compreendê-las e como estas desempenham papéis primordiais na organização da sociedade, detalhando alguns elementos que ajudam a compreender a ontologia do trabalho e da ideologia.

Recorremos aos autores Karl Marx e György Lukács por detalharem os elementos-chave que representam com louvor o âmago ontológico do trabalho e da ideologia. Destacamos as obras escritas por esses autores como substanciais no encandeamento teórico deste artigo, que está dividido em seções específicas, sendo elas: Trabalho em Marx, Trabalho em Lukács, Ideologia em Marx e Ideologia em Lukács.

Trabalho em Marx

Marx, desde os *Manuscritos Econômicos Filosóficos* (1993), menciona a categoria trabalho como essencial para pensar a sociedade. Ele chega a essa conclusão a partir das considerações histórico-sociais, ou seja, agregando o método ontológico científico em que o ser social é o centro das discussões e sem o trabalho é impossível pensar a produção/reprodução de qualquer forma de sociabilidade.

É a partir do salto ontológico do meio orgânico para o social, realizado pelo trabalho, que o ser social se constitui e isso acontece quando o homem consegue superar a natureza na produção de vida material. Sendo assim, além de transformar a natureza, por meio do trabalho, o ser humano também se transforma (marco também da construção subjetiva/intersubjetiva). Neste contexto, o trabalho constitui o modo de transformação da natureza pelo homem para satisfazer as suas necessidades gerais e se consolida de forma histórica e social.

Antes de tudo, o trabalho é um processo humano entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências nela adormecidas e sujeita o jogo de suas forças a seu próprio domínio (MARX, 1985, Tomo I, p. 149)

O filósofo alemão nos traz um conceito sobre o trabalho baseado na sua capacidade de transformação da natureza. A atividade vital dos animais vai se diferenciar dos seres humanos, pois aqueles já possuem uma predeterminação biológica para operar sempre da mesma forma (produzindo para si e para suas crias), enquanto estes ultrapassam a esfera biológica, logo, têm a capacidade de produzir o novo e de forma universal. Partindo do pressuposto ontológico - ser social - o homem é capaz de fazer a prévia-ideação sobre o que vai construir com determinadas finalidades. O ser social idealiza antes para objetivar o produto do seu trabalho, enquanto os animais sempre vão agir conforme sua disposição genética, modificando a natureza de forma involuntária/acidental.

Pressupomos o trabalho numa forma que pertence exclusivamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colmeias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e, portanto, idealmente. Ele não apenas efetua uma transformação da forma da matéria natural; realiza ao mesmo tempo, na matéria natural seu objetivo, que ele sabe que determina, como lei, a espécie e o modo de sua atividade e ao qual tende a subordinar sua vontade. E essa subordinação não é um ato isolado. Além do esforço dos órgãos que trabalham, é exigida a vontade orientada a um fim, que se manifesta como atenção durante todo o tempo de trabalho, e isso tanto mais quanto menos esse trabalho, pelo próprio conteúdo e pela espécie e pelo modo de sua execução, atrai o trabalhador, portanto, quanto menos ele o aproveita, como jogo de suas próprias forças físicas e espirituais (MARX, 1985, Tomo I, p. 149-150)

Dessa forma, há uma superação do homem em relação aos animais através da consciência, pois é capaz de idealizar antes de trazer a existência o objeto, e por ser apto à

fabricação e uso dos meios para sua condição material e intelectual de existência. O trabalho será o mediador entre a natureza e o homem, sendo este último um ser ativo diante da realidade que lhe é posta. De acordo com Sabino (2014), *apud* Lessa (1999), a transformação da natureza pelo homem, por meio do trabalho, ocorre em 4 patamares:

O da necessidade, por exemplo, de quebrar um coco, desta forma, todo o ato de trabalho é uma resposta a uma dada necessidade;

O da alternativa, porquanto, há inúmeras alternativas possíveis para atender aquela necessidade, por exemplo, jogar o coco no chão, construir um machado, entre outras, assim existem infinitas possibilidades para atender a necessidade posta;

O da antecipação, o indivíduo antecipa em sua consciência o resultado de cada uma das alternativas, avalia-as e escolhe aquela que considera mais adequada para suprir a presente necessidade;

O da construção, após a escolha da alternativa, o indivíduo age objetivamente, transforma a natureza e constrói algo novo (SABINO, 2014, p. 138).

É nesse processo de trabalho, das construções de ferramentas para sua vida, que o homem também constrói as relações sociais, isto é, o trabalho modifica e possibilita uma nova realidade gerando as novas estruturas sociais, emergindo as formações econômicas e a gênese da individualização dos homens nas sociedades, em outras palavras, “[...] não é o que se faz, mas como, com que meios de trabalho se faz, é o que distingue as épocas econômicas” (MARX, 1985, Tomo I, p. 151). Então, o que os seres sociais produzem e como o fazem determina o modo de sociabilidade desejada.

A condição material de existência humana é determinada em cada sociabilidade de acordo com os meios disponibilizados para a sua reprodução. Independente da nossa vontade, as condições objetivas já estão postas pela natureza, cabendo ao homem social fazer as transformações devidas, já que é dotado de consciência. Marx enfatiza que as nossas escolhas estão regradas de acordo com as condições objetivas existentes, tornando o ser social historicamente determinado. Queiroz (2010) também acentua:

Na ciência marxista, toda parte específica (todo concreto) é compreendida enquanto resultado de múltiplas determinações, sendo essas determinações também determinadas, em parte pela ação do Homem, em parte pelas legalidades naturais do ser que escapam à ação do Homem. Portanto a categoria totalidade não é um pressuposto epistemológico e sim uma verdade ontológica, um “complexo de complexos” (QUEIROZ, 2010, p. 14).

Destarte, Marx (2008, p. 47) corrobora com a afirmação supracitada ao dizer:

[...] na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma

superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual (MARX, 2008. p. 47).

O trabalho surge como categoria nas diversas sociabilidades (escravismo/feudalismo/capitalismo) e vai adquirindo valor de uso - também reconhecido no meio social - de acordo com as necessidades humanas. Mesmo com as relações de troca existentes (mercadoria e/ou dinheiro), nas sociedades anteriores ao sistema capitalista, não havia a extração da mais-valia e, conseqüentemente, a não exploração dos homens pelos homens por meio do trabalho, uma vez que os objetos, os instrumentos e os meios de produção não eram retirados das mãos dos homens para a realização do trabalho.

Será no momento da consolidação do capitalismo que o trabalho passa a ser dividido em manual/intelectual (trabalho associado) e adquire mais um valor. Os que possuem o capital (burguesia) vão operar no trabalho intelectual, pois são proprietários dos meios de produção, enquanto os que apenas dispõem da força de trabalho (proletários) atuam no trabalho manual, ficando à mercê do patrão que paga um salário³ e extrai do trabalhador a mais-valia⁴.

Marx (1985) também introduz a categoria 'valor do trabalho' e denomina a divisão de valores no trabalho em: valor concreto (uso/vivo) e valor abstrato (troca/morto). No sistema capitalista os interesses são antagônicos já que a sociedade de classes se consolida e a instauração da propriedade privada entra em vigor. Com a divisão de classes, o papel do trabalho é ressignificado e funciona também com fins que vão interessar ao capital, tornando o trabalho um instrumento de dominação do homem.

O trabalho na propriedade privada deixa de ser uma atividade positiva, consciente, livre e passa a ser negativo, estranho e desagradável ao homem, porque surge o controle do outro a partir do que/como é produzida a mercadoria, que já não é mais para atender exclusivamente à sua necessidade, mas, sobretudo a do capital. A valorização do produto está centralizada no seu valor de troca mais do que o próprio uso.

O trabalho possui essa natureza do valor duplicada no sistema capitalista, sendo o trabalho concreto subordinado ao abstrato, pois este último é o que permite a extração da mais valia, do valor de troca, do capital. O trabalho concreto é aquele que se destina ao trabalho qualitativo e visa satisfazer as necessidades humanas ao se destinar para um fim específico, por isso também é chamado de trabalho vivo, uma vez que está alocado no seu valor de uso. O trabalho abstrato, também chamado de trabalho morto, tem caráter quantitativo e o seu valor é apreciado apenas na troca de mercadorias com objetivo de

³ Marx (1985) confere ao salário a representação de um acordo social que inibe do trabalhador a sua condição de explorado pelo sistema capitalista, em que ele trabalha e produz por mais tempo e recebe um valor monetário inferior ao valor do produto no mercado e ao tempo investido para sua produção.

⁴ Para Marx (1985) esse termo conceitua o lucro obtido na venda de mercadorias produzidas e não é repassado ao trabalhador que gerou diversas mercadorias. O valor da mercadoria produzida é superior ao valor dos mecanismos utilizados para sua produção e do trabalho humano. Ainda pode-se dividir em: Mais valia absoluta, relativa e extraordinária.

extrair o capital necessário para adquirir mais meios de produção e explorar o trabalhador, corporificando-se nos produtos, e o seu fim específico é a obtenção apenas do lucro.

Com a desvalorização do homem sobre a mercadoria, no sistema capitalista, há dentro do trabalho uma fragmentação: o trabalho geral (necessário à condição humana) e o trabalho particular (divisão do trabalho). Marx (1975)⁵ vai fazer críticas direcionadas ao trabalho particular partindo de três elementos básicos: a objetivação, o trabalho alienado e o estranhamento, sendo este último item advindo da sociedade do capital.

A objetivação é a realização do homem como ser concreto na produção do objeto (realidade concreta), uma vez que o ser social traz à existência o que foi previamente planejado e ainda com determinada intencionalidade (realidade intelectual). Na objetivação, os objetos são transformados pelos homens, por isso, podemos dizer que o produto do trabalho humano também é um objeto humanizado. Será neste momento de objetivação que suscita também o processo de alienação. A alienação é a esfera ontológica da existência humana e ocorre quando o homem entra em contato com o produto por ele produzido em consonância com outros homens.

A alienação é positiva quando o homem consegue objetivar-se a partir do que foi produzido por ele, então, é um momento de natureza humanizada, de realização humana. No entanto, a alienação também pode ter um caráter de estranhamento e emerge com a sociedade do capital, pois neste momento o trabalho torna-se imposto não sendo mais livre e consciente. O trabalhador necessita do trabalho para sua sobrevivência e, como não possui os meios para produção, vai fornecer a força de trabalho manual.

O estranhamento⁶ divide-se em quatro momentos: o trabalhador com o produto, o trabalhador com o seu trabalho/atividade produtiva, o trabalhador com seu gênero e o trabalhador com outros homens. No primeiro momento, o objeto assume uma posição de independência do seu produtor, passando a dominá-lo. Há também o afastamento do trabalhador dos meios e do objeto produzido. O segundo momento tem uma ligação com o primeiro, pois ambos são produzidos no lugar de trabalho. É neste lugar que o trabalho se torna repetitivo, mecânico, porque o trabalho torna-se exterior à condição do homem a ponto de negar-se a si mesmo.

Já o terceiro momento consiste da relação do trabalhador com sua vida genérica, deixando de ser livre e consciente, transformando-se apenas em um meio de sobrevivência. O último momento, por sua vez, refere-se ao trabalhador que está produzindo apenas para outros homens, sem usufruir diretamente do que fabricou. Neste momento, tanto capitalista quanto proletário são estranhos⁷ um ao outro, ao primeiro destina-se a riqueza e contentamento, enquanto ao segundo, pobreza e hostilidade.

⁵ Ver "Trabalho Alienado", in Karl Marx. *Manuscritos Econômicos e Filosóficos e outros textos escolhidos*, tradução de Artur Morão, 1ª edição – Lisboa – Edições 70, 1975, p. 164.

⁶ Maiores detalhes consultar *Alienação e estranhamento em Marx* (São Paulo, Boitempo, 2001).

⁷ Nem toda alienação é um estranhamento, já que a alienação é uma condição humana necessária para a objetivação, torna-se estranhamento no trabalho particular.

É importante salientar que as críticas de Marx estão direcionadas exclusivamente a este tipo de trabalho particular que oprime o ser humano (proletário), retirando sua liberdade e deixando-o à margem daqueles que detêm o poder econômico (burguês).

Em síntese, Marx vai trazer o trabalho como categoria principal para a condição de existência humana e mostra que a partir da sociedade capitalista a forma de trabalho ganhou mais uma representatividade com a consolidação da sociedade de classes: os que pertencem à classe proletária são submetidos a uma exploração trabalhista para beneficiar a classe burguesa. Dentro deste processo de trabalho vão surgir termos como: valor de uso, valor de troca, mais-valia, capital, objetivação, alienação, estranhamento etc., que vão ser de fundamental importância para compreensão do complexo acerca do trabalho.

Trabalho em Lukács

O ser humano é composto de categorias específicas, que lhe dão caráter de complexo, e a partir da análise do trabalho é possível compreendê-lo na sua estrutura em termos ontológicos. As categorias ontológicas estão concentradas nas esferas inorgânicas, orgânicas e do ser social.

As duas esferas que antecedem o ser social reproduzem aspectos específicos da natureza e sem atos de consciência. Na esfera inorgânica não há presença de vida, a característica principal é que sua evolução acontece pela transformação em algo distinto (por exemplo, a pedra se transforma em terra). Na esfera orgânica (biológica) há presença de vida e sua característica principal é a reprodução dele (por exemplo, uma bananeira produz bananas e jamais produzirá maçãs).

A esfera do ser social distingue-se por ser puramente humana – isto não quer dizer que esteja sem interferência da natureza –, ou seja, é dotado de atos conscientes (existente apenas nos homens) e suas ações não se repetem, sua realização é dotada sempre do novo (por exemplo, ao produzir um machado pela primeira vez, o segundo machado não será a repetição dele, pois o homem já adquiriu conhecimentos e habilidades novas para a fabricação deste objeto produzindo assim sempre o novo).

É preciso salientar que a mudança de uma esfera para outra ocorre por meio de uma transição, ou como denomina Lukács (2013), *salto ontológico*. Esse salto corresponde ao momento predominante em que é identificada essa alternância de um meio para outro, ou seja, uma transformação de um ser para outro sem perder as propriedades do seu antecessor.

Nessa ruptura ontológica há um momento predominante que distingue uma esfera da outra, isto é, quando um dos elementos do complexo se destaca faz 'nascer' uma nova categoria. Há uma quebra com a continuidade normal e uma negação da esfera ontológica anterior. Conforme a perspectiva lukácsiana, "é preciso, pois, ter sempre presente que se trata de uma transição à maneira de um salto – ontologicamente necessário – de um nível de ser a outro, qualitativamente diferente" (LUKÁCS, 2013, p. 43). Sem esse salto é

impossível a existência do ser social. Essas categorias são autônomas e ao mesmo tempo indissociáveis, pois o ser é dotado de vida (biológico) e das propriedades inorgânicas na sua constituição.

É a categoria do trabalho que permite esse salto ontológico entre a esfera orgânica e o ser social para se consubstanciar. Sendo assim, esta categoria assume um caráter de transição, diferentemente de outras categorias do complexo social que emergirão após o trabalho e são socialmente organizadas, mesmo que embrionariamente. Segundo Lukács (2013, p. 44), "no trabalho estão contidas *in nuce* todas as determinações que constituem a essência do novo no ser social. Desse modo, o trabalho pode ser considerado o fenômeno originário, o modelo do ser social".

Nesse processo de análise do trabalho é preciso pensá-lo sob três perspectivas: teleológico, modelo da práxis social e a relação sujeito-objeto⁸, sendo que ambas corroboram no processo de construção do ser, afirmando seu componente social e histórico. Para Lukács (2013), a categoria trabalho é a base da vida humana, também considerada uma protoforma.⁹

De acordo com Lukács (2013, p. 47), "através dele [o trabalho] realiza-se, no âmbito do ser material, um pôr teleológico enquanto surgimento de uma nova objetividade", quer dizer, através de uma ação consciente, realizada pelo trabalho, o homem consegue objetivar aquilo que idealizou.

É no pôr teleológico que o homem é capaz de fazer uma prévia-ideação sobre o que deseja executar e trazer à realidade objetiva o produto do seu trabalho com determinadas finalidades, isto é, que possam atender às suas necessidades em geral. Lukács (2013) afirma: "O fato simples de que no trabalho se realiza um pôr teleológico é uma experiência elementar da vida cotidiana de todos os homens, tornando-se isso um componente imprescindível de qualquer pensamento, desde os discursos cotidianos até a economia e a filosofia" (LUKÁCS, 2013, p. 47).

Enquanto estiver no plano das ideias e não for objetivada a ação não podemos dizer que houve uma prévia-ideação, pois esta última acontece ao se materializar o que foi levado à consciência, ou seja, no processo teleológico abstrato implica o processo real para determinados fins, por isso toda teleologia requer o pôr de um fim. Lukács (2013, p. 48) vai dizer que "[...] com o ato de pôr, a consciência dá início a um processo real, exatamente ao processo teleológico. Assim, o pôr tem, nesse caso, um caráter irrevogavelmente ontológico".

O pôr do fim teleológico e os meios para a sua realização, que funcionam de modo causal, jamais se dão, enquanto atos de consciência, independente um do outro. A estrutura originária do trabalho tem o seu correlato no fato de que a realização das cadeias

⁸ Ver o capítulo sobre *Trabalho* em Lukács (2013).

⁹ Lessa (1999, p. 17) menciona uma nota de rodapé sobre esse termo: "protoforma não significa categoria *primeira*, mas a categoria originária, mais simples, primária. [...] não poderia haver trabalho *antes* do ser social."

causais postas fornece o critério para saber se seu pôr foi certo ou errado. O que significa que, no trabalho tomado em si mesmo, é a práxis que estabelece o critério absoluto da teoria.

A teleologia e a causalidade andam juntas. Investigar os meios para realizar o pôr do fim acaba tornando possível o alcance do fim proposto. Quando o homem ancestral pega a pedra e a modifica para seu usufruto, ele precisa saber usá-la como ferramenta. Não pode somente ter, ver, poder usar a pedra, mas precisa saber como fazer da pedra uma ferramenta útil, por exemplo, como um machado.

Assim, reconhecendo a relação da conduta do homem social e o resultado por ele alcançado é que se transforma a causalidade, em causalidade posta. Lukács (2013) diz que essa relação dialética (teleologia – causalidade) é a essência do trabalho. Nesse meio também surge a categoria das alternativas, presente na realidade, sendo a partir delas que o ser social escolhe o melhor método para execução do trabalho.

[...] No ato da alternativa está presente o momento da decisão, da escolha, e que o 'lugar' e o órgão de tal decisão sejam a consciência humana; e é exatamente essa função ontologicamente real que retira, do caráter de epifenômeno em que se encontravam, as formas da consciência animal totalmente condicionadas pela biologia (LUKÁCS, 2013, p. 77).

Pode-se constatar que a alternativa é um ato consciente que ocorre a partir das escolhas que o homem faz de acordo com as possibilidades que lhe são proporcionadas pela realidade objetiva e sua função é a transformação de objetos naturais, pelo trabalho, para atender a necessidades sociais.

Lukács (2013) menciona o trabalho como o modelo de toda práxis social, isto é, todas as atividades executadas pelos homens – em seu eixo ontológico – são fundadas no trabalho. Então, a partir do momento que o trabalho se torna socializado, o conteúdo da posição teleológica ocorre por meio da práxis social interativa (por meio do convencimento de outros homens), sobre a finalidade de interação entre os seres sociais.

No entanto, o conteúdo essencial do pôr teleológico nesse momento - falando em termos inteiramente gerais e abstratos - é a tentativa de induzir outra pessoa (ou grupo de pessoas) a realizar, por sua parte, pores teleológicos concretos. Esse problema aparece logo que o trabalho se torna social, no sentido de que depende da cooperação de mais pessoas, independente do fato de que esteja presente o problema do valor de troca ou que a cooperação tenha apenas como objetivo os valores de uso (LUKÁCS, 2013, p. 83).

Nesse modelo de trabalho - práxis - vão surgir complexos sociais que são fundamentais e necessários para o desenvolvimento do ser humano e da sociedade como: a ciência, a religião, a linguagem, a ideologia etc., contribuindo na totalidade do ser social. No entanto, esses complexos mencionados já possuem um caráter social, pois estão inter-relacionados ao processo de trabalho e o salto ontológico constituídos, como já afirma Lukács (2013): "Todas as outras categorias dessa forma de ser têm já, em essência, um caráter puramente social; suas propriedades e seus modos de operar somente se desdobram no ser social já constituído; quaisquer manifestações delas, ainda que sejam muito primitivas, pressupõem o salto como já acontecido" (LUKÁCS, 2013, p. 44).

O ser social também vai passando por transformações nesse processo da práxis social, construindo sua subjetividade e desenvolvendo a sua consciência, ou seja, o seu ser-para-si a partir de uma generalidade humana que assume uma forma concreta e historicamente determinada, então, pode-se afirmar que o ser humano é determinado socialmente.

Uma vez compreendida esta determinação, o ser social busca encontrar respostas para perguntas que lhe são feitas a partir da sua realidade, surgindo assim a singularidade que “[...] apenas existe enquanto resposta singular a uma situação real/concreta” (LESSA, 2007, p. 44) e sendo parte essencial da prévia-ideação “[...] está permeada por elementos universais, genéricos” (LESSA, 2007, p. 44), contribuindo assim em outro processo chamado generalização subjetiva (também colabora na construção do ser social como um ser histórico).

A generalização surge no momento da realização da prévia-ideação e objetivação, numa relação entre o presente e o futuro para dar continuidade ao processo de reprodução do mundo social. Nesse processo de generalização com a objetividade e a exteriorização emerge o ‘novo’ – ato humano – mediado pelo trabalho, modificando as relações existentes e diferenciando o homem da natureza.

A construção do mundo social acontece pelo fazer social e histórico do homem. É ele quem modifica, através do trabalho humano, a realidade natural encontrada, tornando assim um novo ambiente que atenda os seus desejos, constituindo a gênese do ser social e também corrobora no surgimento das novas estruturas sociais.

Conforme Lukács (2013), o ser social é dotado de complexos que atuam articuladamente e independentemente ao mesmo tempo. Ele é global, pois o ser geral é constituído das três esferas ontológicas e ao mesmo tempo é parcial porque somos capazes de identificar separadamente as esferas que o formam. Esse desdobramento da unitariedade do ser social, Lukács (2013) vai chamar de identidade da identidade e não-identidade.

Sendo assim, o complexo dos complexos (complexo do mundo dos homens), que contempla o ser social, é divergente do complexo natural em razão do primeiro ser organizado essencialmente pelos aspectos sociais e históricos e por atos conscientemente postos. Lukács (2013), em sua obra *Para uma ontologia do Ser Social II*, destaca dentro dessa categoria – o trabalho - a relação ‘sujeito-objeto’ que acontece de forma recíproca e, ao mesmo tempo, de afastamento. O filósofo húngaro afirma que:

[...] temos de considerar melhor um fenômeno, já por nós abordado, derivado diretamente do trabalho, isto é, o surgimento da relação ‘sujeito-objeto’ e o distanciamento entre sujeito e objeto que necessariamente advém daí. Esse distanciamento cria imediatamente uma base imprescindível, dotada de vida própria, do ser social dos homens: a linguagem (LUKÁCS, 2013, p. 127).

A linguagem é um dos complexos sociais que será abordado por Lukács (2013) para explicar esta relação existente entre ‘sujeito-objeto’ que é tida como fenômeno. É importante destacar que sujeito e objeto são indissociáveis, mas não significa dizer que há uma identidade entre eles, visto que são dotados de características próprias. São

indissociáveis porque a objetivação (objeto) não pode existir sem a prévia ideação (sujeito é portador), formando assim a exteriorização.

Por serem dotados de características próprias são ontologicamente divergentes, mas sem a reciprocidade da objetivação/exteriorização não há transformação consciente e nem construção da subjetividade. O ser social necessita dessas categorias (objetivação/exteriorização) para transformar a realidade objetiva de acordo com seus anseios, necessidades, isto é, com suas finalidades socialmente postas.

Sendo assim, a linguagem - um fator imprescindível na constituição do ser social - surge neste distanciamento do sujeito com o objeto e Lukács (2013) vai enfatizar a partir do exemplo da linguagem dos homens e dos animais, que este último apenas desempenha funções da linguagem puramente biológicas, enquanto o primeiro ultrapassa essa fronteira biológica e com esse distanciamento (sujeito/objeto) alcança as propriedades que permitem a utilização do signo linguístico.

Nessa distância entre sujeito e objeto no âmbito da linguagem é possível encontrarmos um salto, além disso, "o pôr simultâneo do sujeito e do objeto, mediante a linguagem, no trabalho e igualmente decorrendo deste, distancia o sujeito do objeto e vice-versa, o objeto concreto do seu conceito etc." (LUKÁCS, 2013, p. 127-128).

O ser social, ao produzir linguagem, constitui sua subjetividade e os sentidos, então, partindo dessa premissa, podemos afirmar que o homem, através do ato de linguagem, mediado pelo trabalho, realiza a sua própria história (dentro das possibilidades proporcionadas pelo meio social) ao executar ações que privilegiem as necessidades puramente humanas.

Sendo a linguagem um mecanismo criado por/para sujeitos, entendemos que os sentidos erguidos no seio social são inúmeros devido às relações estabelecidas entre os sujeitos e considerando também os demais complexos sociais que operam diferentemente a partir de questões socioculturais nas formações sociais.

A linguagem é um instrumento que possibilita atender às necessidades gerais dos homens na sociedade, além disso, serve como um mecanismo de produção e reprodução humana relacionando-se com questões singulares, particulares e universais, no entanto, está determinada por situações essencialmente sociais e isso é o diferencial no gênero humano, pois o coloca no nível de ser social.

A Ideologia em Marx

A ideologia não é um conceito que pode ser apreendido e concebido de forma unilateral, devido ao seu caráter polissêmico. O conceito de ideologia, de acordo com Eagleton (1997), vai ter pelo menos seis concepções diferentes a depender de fatores como: autores, teorias, momento histórico etc., em que esta palavra pode ser representada em uma dada estrutura social.

Alguns autores advogam que o termo 'ideologia' surgiu pela primeira vez com Destutt de Tracy no final do século XIX. Larraín (2007, p. 10) afirma que "Nicolau Maquiavel (1469-1527) [...] {ainda que não use o termo} é talvez o primeiro autor a tratar assuntos diretamente conectados com fenômenos ideológicos". No que se refere à ideologia defendida por Marx, corresponde a uma oposição no conceito de ideologia proporcionada pelos ideólogos do período Iluminista: "[...] que acreditavam que a mente era materialmente determinada (como, por exemplo, pelo discurso religioso), defendiam que a superação de uma sociedade que necessitava de falsas ideias seria possível por meio de uma reformada consciência que a organizasse sobre a razão" (MONFARDINI, 2015, p. 5).

Marx vai de encontro a esta concepção pleiteando que não são as ideias que são à base da vida social, porém as condições da vida material que precedem as ideias, ou seja, a ideologia é a realidade concreta já que está atrelada na produção material do mundo dos homens e é construída teleologicamente, por atos conscientemente humanos.

Para Marx chegar a esta afirmação de que são as condições materiais que fornecem subsídios para o próprio surgimento das ideias, antes é necessário compreender a razão de em suas obras iniciais trazer concepções diferentes acerca da ideologia que servirão para ampliar o problema do complexo ideológico.

É preciso compreender que, inicialmente, a ideologia aparece nas obras marxianas apenas como falseamento das ideias, trazendo questionamentos a partir de uma crítica à Economia Política na obra *O Capital* e corrobora com o sexto conceito apontado por Eagleton (1997, p. 40) sobre ideologia, quando diz que: "há, finalmente, a possibilidade de um sexto significado de ideologia, cuja ênfase recai sobre as crenças falsas ou ilusórias, considerando- as porém oriundas não dos interesses de uma classe dominante, mas da estrutura material do conjunto da sociedade como um todo".

Marx diz que os problemas existentes na sociedade não são pela existência de uma classe especificamente, mas de ideias falsas que surgem para validar os interesses sociais comuns, tal afirmação é possível verificar "tanto em *O Capital* (no tocante à crítica à economia vulgar) como em *A Ideologia Alemã* (no tocante a parte dos idealistas alemães)" (MONFARDINI, 2015, p. 16).

Essa falsa ideologia é necessária para que os indivíduos possam colocar em prática as ideias que são postas pelas necessidades específicas de determinada estrutura social. É necessária "a possibilidade do conhecimento parcial em decorrência de práticas específicas e [...] dada a *possibilidade* de um conhecimento verdadeiro no tocante àquela prática específica, mas falso a respeito da totalidade da sociedade" (MONFARDINI, 2015, p. 17).

Sendo assim, duas coisas são importantes para problematizar no que concerne ao problema da ideologia: a primeira é que a 'falsidade' apontada não é algo meramente produto da imaginação/ideias dos homens, mas é real, concreto, isto é, faz parte do mundo dos homens. A segunda é que tais necessidades são frutos de uma determinada estrutura social, sendo esta última tendo por base uma sociedade de classes, então, será fator

determinante para que a ideologia de uma classe dominante seja o bem comum das demais classes existentes.

As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante. [...] As ideias dominantes não são nada mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, são as relações materiais dominantes apreendidas como ideias; portanto, são a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante, são as ideias de sua dominação (MARX; ENGELS, 2007, p. 47).

Monfardini (2015, p.17) salienta “que quando surgem as classes e, conseqüentemente, as suas atividades específicas, surgem determinações específicas para o surgimento de falsas ideias”. No entanto, é preciso reforçar que a divisão das classes não é a fomentadora das falsas ideias (aparência), elas já existem em outras sociedades para atender a determinados objetivos. Em linhas gerais, Marx concebe a ideologia como instrumento de dominação de classe e vai compreender que as necessidades emergem de uma classe específica (burguesa) que têm interesses antagônicos em relação a outra também existente (proletária). Dessa forma, a ideologia é necessária para que as ideias da classe dominante estejam em concordância com a de todos.

Portanto, é necessária uma inversão da realidade¹⁰ para que haja o funcionamento da ideologia em determinada forma de sociedade. Como afirmado anteriormente, o conceito de ideologia em Marx passa por transformações, uma vez que o método ontológico¹¹ é colocado em prática à medida que vai aprofundando seus conhecimentos sobre a ideologia.

A Ideologia em Lukács

No que se refere ao campo de estudo ideológico, Lukács (2013) afirma categoricamente que a ideia mesmo que carregue em si um grande valor, enquanto não sair do pensamento para a realidade não pode ser considerado ideologia. A ideologia vai surgir a partir dos conflitos sociais existentes entre os indivíduos e o autor destaca um argumento de Marx (1974), na sua obra *Contribuição à crítica da Economia Política*, em que ele destaca sobre as crises sociais que não se separam do modelo econômico de reprodução.

No entanto, existe a possibilidade de haver mudança na estrutura e dinâmica econômica, isso acontece através da transição de uma formação social para outra e a ideologia é fundamental, pois uma de suas funções primordiais é tratar os conflitos sociais para que o processo possa ocorrer de forma que os interesses possam parecer comuns a

¹⁰ Não deve ser confundida com a *falsa consciência*, pois Marx em nenhuma de suas obras faz menção disto. Diferentemente de Engels quando escreve uma carta direcionada a Franz Mehring em 1893, se referindo a ideologia com falsa consciência. Esta inversão da realidade está ligada ao direcionamento de conhecimentos parciais- emitidos pela classe economicamente privilegiada- sobre determinadas ideias, que já são extraídas da realidade (portanto não pode ser falsa consciência, uma vez que é real/concreto), a todas as pessoas com o propósito de ser o bem comum de todos.

¹¹ Materialismo histórico-dialético.

todos os indivíduos. A ideologia é indispensável na práxis social, por isso serve como combustível para o ser humano consciente e capaz de agir.

Duas questões emergem da ideologia: a necessidade e a universalidade da práxis humana para colaborar nos conflitos sociais existentes. Quando as ideologias entram em conflito, constituem meios de luta que são resolvidos pelo que Lukács (2013) chama de 'que fazer?' agindo socialmente e seu conteúdo é decisivo para as confrontações ideológicas que emergem no corpo social.

A ideologia vai se caracterizar em seu sentido amplo e estrito. No primeiro termo a ideologia nasce e é determinada pelo ser social. As determinações sociais não desaparecem totalmente do ser social com a evolução das sociedades, a tendência é sua propagação e manifestação como algo natural. Todo ser social é co-determinado pelas relações sociais. Desse modo, "[...] Não há desde a alimentação e a sexualidade até a exteriorização mais abstrata de uma ideia, nenhum componente do ser social cujo ser propriamente assim concreto não seja essencialmente co-determinado pelas circunstâncias sociais do seu nascimento" (LUKÁCS, 2013, p. 469).

Sendo a ideologia ampla considerada ontologicamente como aquela em que a vida do ser humano e suas realizações de qualquer natureza são determinadas pelo ser social onde vive e atua. Para compreender como o ser social determina a consciência é preciso ir em busca da ideologia em seu sentido estrito.

A ideologia em seu termo mais estrito atua minuciosamente no homem consciente que com o auxílio das ideologias será capaz de resolver os entraves sociais e vão procurar tais fundamentos, em última instância, na base econômica. As ideologias surgem também como marca da sociedade de classes, pois, já que os interesses dos homens são determinados pela estrutura social, é preciso à classe com maior prestígio social convencer aos demais grupos que os seus interesses são comuns.

A ideologia já existia muito antes do surgimento da sociedade de classes e se deu no período dos coletores, porém não existia a exploração (MARX, 2008). O trabalho servia como meio de sobrevivência e não como nível de produção. Para realizar este trabalho na era primitiva a objetivação e a alienação são primordiais, já que constituem a essência para realização da atividade e a partir da comunicação (através da alienação) os pores teleológicos já estavam difundidos.

A ideologia contribui no ato de tornar consciente a práxis humana, então a partir do trabalho como suporte é possível explorar o ainda não conhecido pela sociedade. O processo anterior ao trabalho era realizado apenas de forma análoga, como na matemática e não se valia de um fundamento ontológico para desvelar o meramente formal contido nas analogias. A analogia serve de base para a formação das categorias reais que emergem do trabalho.

De acordo com Lukács (2013, p. 479) "Engels [...] recursou-se a 'procurar causas econômicas' para todos os modos de manifestação dessa espécie", ou seja, neste trecho

Engels refere-se às questões de ordem ideológica, afirmando que é preciso buscar nas causas ontológico-práticas as razões que possam fundamentar o problema da ideologia.

Dessa forma, o confronto de ideologias desempenha um papel importante e muitas vezes decisivo, exemplo: quando determinada ideologia não está em conformidade com a ideologia da religião ou tradição de um povo, geram-se os conflitos em que uma se sobressai sobre outra. Só é possível assimilar a ideologia a partir da atuação social e das funções desempenhadas do ser social. A ontologia vai proporcionar a mediação existente entre a base econômica e a ideologia.

A divisão do trabalho também é importante no que se refere à ideologia. Nesse contexto, faz-se necessário à criação de sistemas interconectados com a socialização da sociedade e o desenvolvimento da produção para que, em uma sociedade regida por classes, os interesses da classe dominante tendencialmente coincidam com os da classe dominada.

Esses instrumentos criados para dirimir os conflitos existentes em sociedade vão adquirir sua particularidade e especificidade na comunidade social. Sendo assim, terão meios próprios de objetivação e alienação para resolver as oposições existentes dos interesses de classe, de modo que fique subtendido que existe igualdade para todos.

Surge assim instrumentos como o direito que só vai se converter em ideologia no sentido pejorativo “quando a divisão social do trabalho delega sua manutenção a um estrato de especialistas” (LUKÁCS, 2013, p. 500), ou seja, quando se designa aos responsáveis para executarem ações jurídicas que solucionem os problemas gerados entre os indivíduos.

Outro instrumento muito forte que cerca a ideologia é a política. O próprio Lukács (2013) ressalta que dar uma definição de onde começa e termina a política é algo bastante impreciso e ela serve como esfera de vida. Ainda diz:

A política é uma práxis que, em última análise, está direcionada para a totalidade da sociedade, contudo, de tal maneira que ela põe em marcha de modo imediato o mundo fenomênico social como terreno do ato de mudar, isto é, de conservar ou destruir o existente em cada caso; contudo, a práxis desencadeada desse modo inevitavelmente é acionada de modo mediado também pela essência (LUKÁCS, 2013, p. 502-503).

Sendo assim, a práxis política possui um grande poder e através de sua intervenção ideológica levanta meios para dirimir alguma crise existente, utilizando, por exemplo, a força da palavra para convencer aos indivíduos de uma determinada formação social a aceitarem qualquer situação desejada de quem detém o poder com o objetivo de que todos estão lutando por um mesmo propósito, só basta lembrarmos a tomada do poder da Alemanha por Hitler, conforme Lukács (2013) acentua. A política só pode ser aceita no âmbito da ideologia quando se torna completa em sua duração, ou seja, quando está sendo concretizada por meio da essência e do fenômeno.

A sociedade de classes também possui grande participação no que concerne à ideologia, pois as ideias que trazem consigo e o caráter revolucionário pressupõe também

uma classe revolucionária e tais ideias partiram daqueles que estão em consonância com a influência do capitalismo em vigor. Destaca-se que esses atos revolucionários não deixam de possuir um valor político, ou seja, a luta de classes contra classes também é luta política. Lukács (2013, p. 524) diz: “a grande lição histórico-mundial das revoluções é que o ser social não só se modifica, mas reiteradamente é modificado”.

Outras questões do complexo espiritual dos homens também cooperam para o desenvolvimento das funções ideológicas como a arte, a filosofia e a religião. Contudo, esses conflitos ideológicos que emergem na sociedade não podem ser limitados apenas à economia ou política que estão presentes mais nitidamente no cotidiano das pessoas, mas deve-se ter um olhar amplo para outras esferas em que o processo ideológico atua no ser social e conseqüentemente na sociedade. Sobre a teoria marxiana da ideologia, Lukács (2013) enfatiza:

Com efeito, também nessa teoria marxiana da ideologia expressa-se o seu princípio fundamental de que a raiz do homem é o próprio homem, que o desenvolvimento social até pode desencadear objetivações a partir dele que muitas vezes parecem defrontar-se com ele na vida cotidiana como objetividades estranhas e na prática incidem sobre ele como tais, mas elas não deixam de ser, em última análise, alienações de seu próprio si, claro que não meramente particular, mas também genérico, e seus efeitos levam – quando se visualiza a totalidade do processo global – a uma elevação, a um aprofundamento, a uma ampliação da sua personalidade humana, contribuem para deixá-lo em condições, nas crises de desenvolvimento da humanidade, transcender a sua própria particularidade, optar-se pelo ser-para-si do gênero humano (LUKÁCS, 2013, 560).

O filósofo húngaro reforça a importância da teoria marxiana da ideologia para entender o homem em sociedade e o homem pelo homem, pontuando as categorias trabalhadas por Marx como essenciais para compreender o processo do desenvolvimento da humanidade. O problema da ideologia não é algo simples de se entender, pois se concentra em um complexo total da realidade do homem, mas a partir de suas categorias em funcionamento é possível perceber os caminhos que conduzem a ideologia enquanto componente fundamental para se produzir mecanismos infra-estruturais e superestruturais no corpo social.

Considerações finais

No desenvolvimento deste artigo percebemos o quanto as categorias trabalho e ideologia são fundamentais no processo de organização e constituição do ser social, além de serem fatores determinantes para a construção das sociabilidades desde a era primitiva até os dias atuais. Fazer este percurso em Marx e Lukács possibilitou uma compreensão inicial da dinamicidade apresentada pelo trabalho e a ideologia, no entanto, o caráter de complexidade que as categorias possuem ainda é latente e necessita de um estudo mais aprofundado contemplando outras questões da totalidade social.

É importante ressaltar que os autores apesar de convergirem em suas ideias, principalmente no que se refere à economia e à política, apresentam em suas considerações pontos específicos. Marx, por exemplo, vai dar maior prioridade ao ato de fazer trabalho e

como esta categoria, numa sociedade capitalista, é utilizada para dividir a sociedade em classes. Também faz um detalhamento mais minucioso sobre o trabalho desde o ato de fundação da humanidade até a sua representação na contemporaneidade, apontando o trabalho como intrínseco ao ser humano, porém pode ser utilizado também como ferramenta de opressão dos seres humanos numa sociedade classista estabelecida pela extração da mais-valia (da classe operária) e da instauração da propriedade privada.

Lukács (2013), em sua obra *Para uma ontologia do Ser Social II*, também fará algumas dessas considerações, no entanto, vai trazer para reflexão os complexos sociais que emergem dessa relação com o trabalho/ideologia, por exemplo, a linguagem na relação entre o sujeito e objeto, mostrando que ela surge a partir de uma dada necessidade social dos homens para modificar sua realidade material e estabelecer relações entre os indivíduos, gerando maiores possibilidades de atuação sócio-histórica. Além disso, menciona novas nomenclaturas para se referir a conceitos já elaborados por Marx, isto não significa que exista uma releitura, entretanto, incursões de termos como 'teleologia' e 'causalidade' são próprios deste filósofo para dar uma maior visibilidade a elementos-chave abordados por Karl Marx.

Como dito nos parágrafos iniciais destas considerações finais, é preciso uma apuração mais extensa sobre essas categorias nas obras destes autores para se chegar (ou não!) ao entendimento das problemáticas que emergem do trabalho e da ideologia na sociedade capitalista.

Referências

EAGLETON, T. **Ideologia**: uma introdução. São Paulo: BoitempoEditorial, 1997.

LARRAÍN, J. **El concepto de ideología**: Volumen I: Marx. Santiago: LOM Ediciones, 2007.

LESSA, S. O processo de produção/ reprodução social: Trabalho e Sociabilidade. Capacitação em Serviço Social e Política Social. **CEAD-UNB**. Módulo 2, p. 20-33, 1999.

LESSA, S. **Para Compreender a Ontologia de Lukács**. Rio Grande do Sul: Editora Unijui, 2007.

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social 2**. Trad. Nélio Schneider, Ivo Tonet, Ronaldo Vielmi Fortes. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K. **Para a Crítica da Economia Política** (Prefácio). São Paulo: Abril Cultural, 1974. Col. Os Pensadores v. XXXV

MARX, K. **Manuscritos Econômicos e Filosóficos e outros textos escolhidos**. Trad. Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 1975, p. 164

MARX, K. **Manuscritos Econômicos Filosóficos**. Lisboa: Edições 70, LDA, 1993.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. São Paulo: Nova Cultural. Livro I, Tomo I, 1985.

MARX, K. **Trabalho assalariado e capital & salário preço e lucro**. São Paulo: Expressão popular, 2008.

MARX, K.; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

MONFARDINI, R. D. Ideologia e crítica ontológica em O Capital de Marx. **ANPEC, 43º Encontro Nacional de Economia**, Florianópolis/ SC, 2015.

QUEIROZ, P. P. Trabalho: O fundamento ontológico do método em Marx. 7º Seminário do Trabalho: trabalho, educação e sociabilidade, Marília, SP: UNESP. **Anais...**, v. 2, p. 1-21, 2010.

SABINO, M. C. S. Fundamentos Ontológicos do Trabalho em Marx: trabalho útil-concreto e trabalho abstrato. **Revista Online do Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior**. v. 3, p. 135-147, 2014.

Submetido em: 10/08/2021

Aprovado em: 27/12/2021



Esta obra está licenciada com uma Licença
[Creative Commons Atribuição – Não Comercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)